

RELAÇÕES DE GÊNERO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ANÁLISE DE UM CASO EM UM ASSENTAMENTO RURAL

Armindo de Sousa Santos Teodósio¹, Fernanda de Lazari Cardoso Mundim²

Artigo recebido 09/09/2011. Aprovado em 20/04/2011.

RESUMO

Este estudo analisa o processo de emancipação da mulher em arranjos sócio-produtivos da Economia Popular Solidária (EPS) a partir de um estudo de caso no Assentamento Rural das Pastorinhas, localizado na região de Brumadinho, Minas Gerais. Entende-se que a EPS pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades de gênero, pois reconhece e procura fazer frente a diferentes formas de discriminação, não apenas relacionadas ao gênero, que se manifestam na sociabilidade em sua dimensão política, cultural e econômica. Para se problematizar a condição das mulheres no Assentamento Pastorinhas foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes desse empreendimento e realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto nos locais nos quais são comercializados os produtos do Pastorinhas, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano, verificando a articulação social, a organização produtiva e o relacionamento com realidades e atores externos ao assentamento analisado. Apesar da comunidade do assentamento apresentar certo grau de organização baseada nos princípios solidários e cooperativos da EPS, ainda existem desafios a serem superados no processo de emancipação dos assentados, sobretudo com relação às mulheres.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Gênero. Emancipação das Mulheres.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

1 Doutor em Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC); teodosio@pucminas.br.

2 Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário UNA; fernandadelazari@yahoo.com.br.

**GENDER RELATIONS AND POPULAR SOLIDARITY ECONOMY:
ANALYSIS OF A CASE IN A RURAL SETTLEMENT**

ABSTRACT

This study examines the process of emancipation of women in social and productive arrangements of Popular Solidarity Economy from a case study in the “Pastorinhas” Rural Settlement, located in the region of Brumadinho, Minas Gerais, Brazil. The Popular Solidarity Economy can contribute to promote the gender equalities, because it recognizes and tries to fight against different forms of discrimination, not only related to gender, which manifest themselves in sociability in its political, cultural and economic. Semi-structured interviews in-depth with different participants in this project and conducted field visits were made to discuss the status of women in the “Pastorinhas” Settlement. It is possible to observe and interact with individuals in their daily lives, checking the social articulation, organization and productive relationships with external actors to the realities and settlement. Despite the “Pastorinhas” community have some degree of organization based on the principles of solidarity and cooperative, there are still challenges to overcome in the process of emancipation of the settlers, especially towards women.

Keywords: Popular Solidarity Economy. Gender. Empowerment of Women.

The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.

1. INTRODUÇÃO

Como forma de superação do capitalismo e enfrentamento aos vários problemas econômicos e sociais no mundo, surgiria uma “outra economia”, abordada por vários autores, tornando-se plural. Esta “outra economia” procuraria reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, sendo esse trabalho realizado de forma emancipadora e autogestionária, ou seja, seria uma alternativa ao trabalho repetitivo, sem sentido, explorador. Seria o grande desafio de reforçar as lutas sociais em curso no capitalismo avançado.

Neste trabalho, serão discutidas sobre as relações de gênero e a Economia Popular Solidária (EPS) no Assentamento Rural Pastorinhas, localizado em Brumadinho, Minas Gerais. Buscar-se-á discutir os limites e possibilidades dessa “outra economia” no processo de emancipação da mulher. A EPS, vista como uma possibilidade concreta de transformação das relações sociais pode ser uma alternativa encontrada para o processo de emancipação do sujeito, de geração de trabalho e renda e inclusão política e social.

Enquanto um campo em desenvolvimento, a EPS, além de estar ligada à construção de uma sociedade mais democrática e justa, poderia defender uma concepção de trabalho que potencializasse as capacidades dos indivíduos como seres conscientes, livres e socialmente inseridos em dinâmicas de vida coletiva e solidária. Além disso, a EPS vem se mostrando como um meio importante para o processo de sociabilidade, no sentido de criar um espaço para a interação democrática e equitativa, marcada pelo diálogo e pelos processos emancipatórios e criativos. A escolha por trabalhar no Assentamento Pastorinhas se deu em função de ser um local em que as mulheres possuem uma forte presença, evidenciada pelo próprio nome do assentamento. Mais que isso, existe pouca literatura que enfatiza a presença da mulher nos projetos de desenvolvimento local.

A presente pesquisa se constitui em um estudo de caso, e usa como recursos instrumentos qualitativos de coleta e análise dos dados. Para se compreender em profundidade a condição das mulheres no Assentamento Pastorinhas, unidade de recorte do caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com diferentes participantes desse empreendimento, tanto aquelas e aqueles em posições de “liderança comunitária”, quanto os pertencentes às famílias assentadas. Além disso, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto nos locais onde são comercializados os produtos do Pastorinhas, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano, verificando a articulação social, a organização produtiva e o relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas.

Entende-se que a EPS, por meio do cooperativismo/associativismo, poderia atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, possibilitando a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado pela mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias.

2. DESAFIOS, POSSIBILIDADES E ARMADILHAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

O crescimento da Economia Popular Solidária esbarra em dificuldades, cujas origens podem estar, além de outros fatores, nas comunidades não organizadas, na gestão dos empreendimentos e em dificuldades técnicas encontradas no processo produtivo. Isso significa que faltam à Economia Popular Solidária processos efetivos da autogestão no cotidiano, o que levaria a maioria desses empreendimentos a sobreviverem em situações difíceis, com dificuldades de gestão, comercialização, acesso a recursos financeiros e a conhecimentos tecnológicos. Além disso, percebe-se uma tensão entre as dimensões mercantil e solidária na gestão de um empreendimento solidário, isto é, ao mesmo tempo em que a EPS busca a promoção de uma “outra economia”, ela tem que se relacionar com o mercado tradicional competitivo. Ao mesmo tempo em que a EPS se baseia em uma lógica não-monetária substantiva e associativa, ela tem que ter modernidade gerencial e racionalidade instrumental para sobreviver no mercado. Ao mesmo tempo em que a EPS preza pela valorização do trabalho e a autonomia, buscando a eliminação das desigualdades, ela está inserida em um contexto econômico e social em que há precarização do trabalho e constante busca pela sobrevivência econômica.

Apesar de existirem diferentes políticas e ações de estímulo à criação de empreendimentos solidários, tais como aqueles relacionados ao microcrédito, à incubação de empreendimentos cooperativos/associativos e à formação de quadros para a gestão de cooperativas, dentre outros, este tipo de apoio, apesar de relevante, não ajudaria os associados a desenvolverem endogenamente instrumentos de gestão cotidiana (técnicas administrativas e econômicas), comprometendo a sustentabilidade dessas iniciativas. Neste cenário, os empreendimentos solidários precisariam lidar com estratégias mais competitivas para sobreviverem no mercado. Esta realidade parece impor às iniciativas no campo da Economia Popular Solidária importantes dilemas e desafios, tanto de ordem econômica, quanto com relação à própria identidade e dinâmica constitutiva que se enuncia como fundamentalmente cooperativa e solidária.

Outra causa da dificuldade de sustentabilidade desses empreendimentos estaria ligada a “pouca solidariedade” entre eles. Ainda não se desenvolveu uma rede de relações entre empresas de autogestão, cooperativas e associações que busque dinamizar a produção pela união de interesses e de complementaridades técnicas e de conhecimentos de gestão, compra de matérias-primas e insumos, venda de produtos e aproveitamento de resíduos ou compartilhamento de redes de comercialização (RUTKOWSKI e LIANZA, 2002).

Diante disso, percebe-se a necessidade de desenvolver tecnologias e um conjunto de ferramentas de gestão e de produção que permita romper os limites técnicos dos empreendimentos solidários (lançamento de novos produtos, exploração de novas oportunidades do mercado, aumento da escala de produção, melhoria da qualidade, etc).

Segundo Rutkowski e Lianza (2002), as universidades podem contribuir, e muito, se dispuserem a discutir as dificuldades de sobrevivência dos empreendimentos solidários, questionando sobre as causas e buscando soluções de gestão e produção que lhes permitam dar respostas efetivas aos problemas que esses empreendimentos se propõem a resolver.

Para Wellen (2008), os produtos comercializados na Economia Popular Solidária teriam como um diferencial o fato de agregarem um valor próprio, originários de sua forma de produção, cujos mecanismos se distanciariam do sistema capitalista, que exalta apenas o lucro em detrimento dos indivíduos envolvidos na produção. Mas, em última análise, a que público serviriam esses produtos? Certamente aos beneficiários da força do capital, àqueles que não se incomodam em pagar um pouco mais pela solidariedade ocorrida quando da produção desses produtos, o que serve também para aliviar o peso da culpa por viver do lado mais beneficiado de uma sociedade desigual. Em outras palavras, o efeito da Economia Solidária na sociedade seria, ao revés de benéfico, apenas uma maneira de enaltecer e justificar a forma de produção capitalista, favorecendo apenas para a sua manutenção e perpetuação de suas desigualdades.

Na visão de Gaiger (2006),

embora o tema Economia Popular Solidária desperte crescente interesse, são ainda infreqüentes os estudos empíricos sistemáticos sobre as práticas de autogestão e cooperação introduzidas e vivenciadas por essas experiências. A falta de uma análise interna dos empreendimentos, do seu momento de gênese à sua evolução ulterior, dificulta a identificação dos fatores materiais, sociais e culturais que impulsionam os indivíduos a aderirem e, sobretudo, a permanecerem nessa empreitada. Com isso, as análises limitam-se a constatar aquelas circunstâncias que, à revelia e a contragosto desses trabalhadores, os compeliram a buscar alternativas de ocupação e renda, como se a existência dessas pressões fosse suficiente para conduzi-los, passivamente, numa determinada direção, para quase todos nova e incerta (GAIGER, 2006, p. 514).

Gaiger (2006) ainda enfatiza que neste tipo de economia o trabalho tem um papel central, por ser fator preponderante a favor do empreendimento. Ou seja, as formas de produção deveriam sofrer mudanças significativas a ponto de se identificar um novo modelo de relações com o trabalho, cujo valor principal deixa de ser o monetário, passando a focar no indivíduo, no espírito cooperativo e na comunidade. E reforça:

a sorte da economia solidária depende igualmente de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a generalizar suas práticas ao conjunto da sociedade e viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão (GAIGER, 2006, p. 207).

Os empreendimentos solidários estariam ganhando novo valor na medida em que vêm adotando o princípio de fortalecimento da capacidade produtiva da classe mais pobre. Percebe-se que certas experiências não estão ficando apenas no patamar da subsistência e estariam tornando-se empreendimentos econômicos solidários (GAIGER, 2006). Apesar dessa nova configuração, esses empreendimentos ainda seriam vulneráveis, o que dificulta a permanência das pessoas nessa forma de organização do trabalho e da vida em sociedade. Ao se trabalhar com empreendimentos de caráter solidário, deve-se buscar romper com o padrão paternalista e clientelista que predomina na assistência às populações pobres, fomentando o desenvolvimento de uma atitude cidadã por parte das pessoas envolvidas nessas experiências, valorizando o livre arbítrio, a consciência dos direitos civis e o envolvimento ativo na sociedade.

Nesse quadro de desafios dos empreendimentos solidários, uma questão que emerge e que nem sempre é discutida com a devida profundidade que exige é a condição da mulher, visto que, em muitas experiências de associativismo, a luta para sobrevivência econômica acaba por deixar em segundo plano outras dimensões de emancipação, sobretudo aquelas ligadas à condição feminina nesses empreendimentos com relação à organização social, política e até mesmo cultural dessas coletividades. Para se avançar nessa discussão, é preciso analisar as diferentes abordagens que se apresentam sobre o fenômeno da condição de gênero na sociabilidade contemporânea.

3. RELAÇÕES DE GÊNERO NAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS SOLIDÁRIAS

Segundo Segnini (1998), o inegável crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho altera pouco as condições socioeconômicas por elas vivenciadas. A desigualdade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, como a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho (17,2% trabalhadoras domésticas, 13,1% não remuneradas, 9,3% para autoconsumo, perfazendo um percentual de 40% de postos de trabalho precários, enquanto para homens o índice é de 10,7%). Em relação às mulheres empregadas (41,9%), é possível observar que vários indicadores apontam para a sua precária condição de trabalho, pois ocupam postos de trabalho que demandam menor qualificação reconhecida efetivamente pela remuneração. Poder-se-ia dizer, então, que o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e sua precária condição inscrevem-se no contexto do processo de reestruturação do capitalismo, revelando novas formas de racionalização do trabalho.

Além da exploração do trabalho feminino, os salários recebidos pelas mulheres em funções iguais às realizadas pelos homens são inferiores. Afinal, os homens são considerados os provedores da família, sendo o trabalho realizado pelas mulheres encarado como complementar às suas “obrigações familiares”. As diferentes condições em que vivem homens e mulheres não são ocasionadas pela diferença biológica existente entre ambos, mas sim pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram uma relação social de sexo (BERNADI e ANGELIN, 2007).

No campo esta relação não é diferente, pois as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, também enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. Mas, para Brumer (1988), na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca, assim como o uso de maquinário agrícola mais sofisticado. Já a mulher executa tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, como o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Assim, a opressão de gênero dificultaria e impossibilitaria a plena participação dessas mulheres na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Poder-se-ia dizer que a mulher é tão explorada quanto seus companheiros de luta, no entanto, de forma desigual, pois tem que vender sua força de trabalho em condições inferiores às dos homens. A infravalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades (GARCIA e JÚNIOR, 2002).

No âmbito da EPS, o trabalho coletivo seria uma forma alternativa para homens e mulheres excluídos do mercado formal de trabalho se unirem na busca pelo trabalho e renda. Ao mesmo tempo, é importante romper com a idéia de que as atividades na EPS estão muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. As atividades de trabalho seriam coletivas e solidárias, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres, entretanto, não só de mulheres (CULTI, 2004).

A partir do momento em que as mulheres iniciassem as atividades em uma cooperativa/associação, haveria uma mudança de atitude, pois, durante o processo de formação do empreendimento, alguns princípios como participação, autogestão e autonomia seriam discutidos. Estes princípios abordariam as relações humanas e organizacionais no trabalho, mas também poderiam ser aplicados à realidade existente no âmbito doméstico, visto que o conceito de participação e autonomia não se restringe apenas ao âmbito do trabalho. As mulheres, ao participarem das reuniões, passariam a adotar uma postura crítica, colocando suas opiniões. A autonomia e a participação poderiam levar a adoção de uma nova postura frente ao mundo, dando credibilidade aos potenciais pessoais, à coletividade e à importância da participação no trabalho coletivo.

Ao se trazer a discussão do trabalho coletivo para os assentamentos rurais, são aspectos em comum entre assentados as dificuldades relacionadas ao modo de vida e à luta pela terra. No entanto, estas dificuldades propiciariam a criação de uma identidade coletiva, assim como de laços de solidariedade entre eles. As mulheres, neste contexto, teriam um papel de “sujeitos de resistência” e “companheiras de luta” dos homens. Mas, mesmo assumindo este papel, a divisão sexual do trabalho seria clara nos assentamentos. As mulheres, devido à rotina do trabalho doméstico, ficariam impossibilitadas de participarem das atividades externas ao assentamento.

Dizem Garcia e Júnior (2002):

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, à consumação do acesso a posse da terra. Neles, as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa, para muitas assentadas, o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos (GARCIA e JÚNIOR, 2002, p. 6).

Para Sen (2000), a condição de agente das mulheres seria um dos principais mediadores da mudança econômica e social, sendo que sua determinação e suas conseqüências relacionam-se a muitas características centrais do processo de desenvolvimento. Qual seja: na economia política do desenvolvimento é de extrema importância o reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres.

Diante disso, entende-se que a Economia Popular Solidária poderia ser um dos caminhos para o processo de emancipação da mulher, pois se constituiria em uma possibilidade alternativa de sustentação das pessoas na sociedade não focada nas esferas do Estado e do mercado, o que permitiria maior autonomia e igualdade de gênero. Touraine (2007) defende que as mulheres sempre reivindicaram os direitos políticos simultaneamente ao reconhecimento de uma identidade que, de forma alguma, estaria em contradição com o direito do “homem e do cidadão”, denominado hoje de direitos humanos fundamentais. Diante disso, entende-se que a EPS poderia tornar-se, também, uma possibilidade da representação política feita por mulheres, possibilitando reconhecimento e visibilidade a elas, desconstruindo a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina (vide a figura abaixo, com dimensões que extrapolam a realidade econômica e envolvem a realidade pública, política, social e privada – família) da vida das mulheres. 51

4. METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de caso do Assentamento Pastorinhas, utilizando-se entrevistas semiestruturadas em profundidade com diferentes participantes deste empreendimento, tanto aqueles em posições de “liderança comunitária” quanto os pertencentes a famílias assentadas. Além disso, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto em alguns dos locais onde são comercializados produtos gerados na região do Assentamento, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano de convivência, articulação social, organização produtiva e

relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Os dados foram analisados de forma a significar e problematizar discursos e práticas de mulheres e homens que vivem no assentamento e avançar na compreensão das intrincadas relações de gênero que se estabelecem nessa realidade.

O assentamento rural Pastorinhas possui uma comunidade formada por 20 famílias, totalizado cerca de 80 pessoas. Foram realizadas onze entrevistas com assentados de diferentes famílias, sendo sete mulheres e quatro homens. A partir destas entrevistas em profundidade, objetivou-se compreender o verdadeiro papel das mulheres no assentamento, além de entender como os homens e as próprias mulheres enxergavam esse papel. Não se focou apenas nas relações de gênero no assentamento, buscou-se entender como se dá o processo de emancipação das mulheres e da comunidade do assentamento a partir de diferentes questões ligadas à vida na coletividade do assentamento. Além disso, trabalhou-se com temáticas chaves, tais como o processo de geração de renda do assentamento, o trabalho coletivo, os processos de governança, competição e cooperação entre os assentados (isto é, as relações de poder no assentamento), as relações de pertencimento à terra, a presença de lideranças e a participação das pessoas do assentamento, principalmente das mulheres, dentre outras temáticas relevantes.

Foram necessárias várias visitas ao assentamento e aos locais de comercialização da produção do assentamento com a finalidade de buscar maior aproximação com os assentados, observando e interagindo com o cotidiano deles, de forma a se compreender os processos de articulação social, organização produtiva e relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Utilizou-se um roteiro temático que guiou as entrevistas semiestruturadas. Com o consentimento dos entrevistados, foram feitas gravações. O fato de 63% das entrevistas, aproximadamente, terem sido realizadas junto às mulheres deve-se à dificuldade dos homens de serem entrevistados. A maioria deles, quando abordados, afirmavam que tinham compromisso naquele momento, solicitando que a entrevistadora procurasse as mulheres.

Realizou-se uma análise das entrevistas realizadas, sendo possível uma aproximação com o mundo do assentamento. Observaram-se pontos obscuros, repetições, contradições, situações de risos, engasgos, mudanças de assunto, mudanças de tom de voz, silêncios e pausas, ou seja, momentos importantes nestas entrevistas que mereceram maior atenção ao serem analisados. A partir da leitura de todas as entrevistas, organizaram-se as informações de acordo com alguns elementos, tais como: perfil dos entrevistados, trajetória de vida, vida familiar e privada, representação das mulheres junto aos atores externos, relação com parceiros, relação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), organização comunitária, organização do trabalho, presença feminina na direção e organização

dos grupos produtivos, relação com o mercado.

Uma limitação percebida em relação à pesquisa proposta, é que, por não ser uma pesquisa generalizável, nem sempre se encaixa em situações diversas ou serve de parâmetro para contextos semelhantes. Embora o Pastorinhas seja um assentamento rural com aspectos em comum a outros assentamentos, existem aspectos muito peculiares nesse território e coletividade, seja em relação à atuação da mulher, seja em relação às práticas da EPS.

Quando se discute as relações de gênero, é muito comum se encontrar certa idealização, que remete à mulher uma centralidade, habilidades e capacidades que, apesar de sua discriminação e exclusão social, paradoxalmente acabam por mitificar a existência feminina. Além disso, interações entre investigadores e sujeitos investigados no contexto das relações de gênero são, muitas vezes, marcadas por preconceitos difíceis de serem externalizados, sobretudo quando se considera que a pesquisadora na presente dissertação é uma mulher. As práticas solidárias também, em muitos casos, são idealizadas como espaço total e exclusivo de relações cooperativas, participativas e solidárias. Por fim, a subjetividade na realização de qualquer pesquisa científica no campo das ciências sociais sempre se faz presente. Mas, apesar de toda essa complexidade que marca as pesquisas sobre gênero em realidades da Economia Popular Solidária, foram tomados todos os cuidados metodológicos para mitigar possíveis enviesamentos.

Diante disso, a pesquisadora precisou ser cuidadosa para que projeto proposto não padecesse desses problemas, principalmente em função do seu envolvimento profissional com as causas associativistas populares. Todos esses cuidados se fizeram presentes nas diferentes etapas de construção da pesquisa, impedindo que problemas mais decisivos se manifestassem na análise dos processos de emancipação feminina no Assentamento Pastorinhas.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, no assentamento rural Pastorinhas, eram 120 famílias, sendo a maioria dos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Paraná, que vieram para o município de Brumadinho, em Minas Gerais, por ser uma região considerada “cinturão verde” (conjunto de pequenas propriedades dedicadas ao hortifrutí, folhosas e legumes). Ao chegarem à região, se depararam com uma realidade diferente e, como consequência, tiveram que se submeter ao emprego informal, fazendo “bicos”. Outros ocupantes do Pastorinhas foram motivados por uma propaganda do Governo Federal, entre os anos de 1999/2000, que instruía as pessoas a irem às agências dos Correios para fazerem um cadastro que dava a opção de três locais para se assentarem, estando a região de Brumadinho entre essas

opções. Ou seja, não era necessário ir para os acampamentos, bastava uma inscrição nos Correios e, após quatro meses, o cidadão teria um retorno. No entanto, segundo a fala de alguns entrevistados, essas pessoas ainda não obtiveram uma resposta.

Em 2001, ocuparam uma área de 156 hectares de terra improdutiva pertencente ao condomínio da família Menezes. Devido à Medida Provisória 2183/01, do Governo de Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo Governo Lula, eles não conseguiram permanecer de maneira efetiva na fazenda, pois esta Medida proíbe, por um período de dois anos, a realização de vistorias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em terras invadidas. A mesma medida provisória estabelece que pessoas participantes de invasões sejam excluídas do processo de reforma agrária. Portanto, foram três anos sofrendo pressões de algumas pessoas da região, morando debaixo de lonas, sem infraestrutura adequada, sendo despejados por duas vezes.

Das 120 famílias iniciais, apenas 20 não desistiram. Nestas famílias que persistiram, as mulheres possuem um papel primordial, pois lutaram ao lado dos maridos para conseguirem ser assentados. As famílias que persistiram obtiveram conquistas significativas no campo político, social e econômico, o exemplo disso se traduz no nível organizativo da comunidade, na conquista pela terra, na sobrevivência da terra por meio das atividades produtivas e na formação de capital social conectada à formação de redes sociais.

Em 2003, com o apoio do MST, ocuparam definitivamente a fazenda, mas somente em 2006 receberam a posse. Cabe ressaltar que o Assentamento Pastorinhas não é filiado ao MST, mas sempre recebeu apoio do movimento, assim como do movimento sindical, que apoiou a primeira ocupação no assentamento, em 2001. Outros parceiros importantes do assentamento são a ONG Cáritas, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, os colégios Marista e Balão Vermelho, e as prefeituras de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

Dos 156 hectares de terra, apenas 14 são agricultáveis e, apesar da falta de infra-estrutura adequada, os ocupantes plantam 13 tipos de legumes e folhas, frutas e criam animais de pequeno porte, além de produzirem doces, bolos e biscoitos caseiros, tudo comercializado de maneira informal em feiras da região.

Foram entrevistados sete assentados do sexo feminino e quatro do sexo masculino. A idade dos assentados varia entre 25 e 55 anos, a maioria com filhos e uma média de quatro pessoas morando em cada domicílio, sendo que apenas um dos entrevistados não têm filhos e mora com um irmão.

A região de Brumadinho, conhecida como *cinturão verde*, já acolhia pessoas de regiões diferentes do Brasil, muitas delas pela expectativa de um emprego melhor, da oportunidade de

trabalhar na “cidade grande”, outras para fugir da seca. Os assentados, em sua maioria, foram motivados a ocupar a terra pelo sonho de melhores condições de vida e trabalho, o que demanda acesso à terra, moradia, alimentação, saúde, transporte, lazer, emprego, dentre outros fatores. A oportunidade de plantar, de ter um pedaço de terra, tornou-se uma forma de aceitação destes assentados na sociedade, garantindo sua individualidade e subjetividade.

Os primeiros anos de ocupação foram marcados por dificuldades. A vida debaixo da “lona preta” trouxe, além da discriminação, o estigma carregado pelos “sem terra”, segundo relato dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que tinham que sobreviver em uma situação de desconforto, sem infraestrutura adequada, sem água canalizada e luz, enfrentavam o descrédito social.

De ruim foi a discriminação, eu acho assim, a pior coisa que tem é você se desiludir com as políticas do seu país, eu passei por uma fase de desilusão com isto muito grande, onde eu vi pessoas que ganhavam pra fazer um determinado papel, são funcionários públicos, e que não tem o menor interesse. Eu tinha muito respeito pela constituição do meu país, hoje eu acho que ela mais apenas há juízo ali de lei, porque ela não garante, uma coisa que tá lá, a reforma agrária tá lá na constituição, garantida por lei e não acontece. Ela é uma coisa falsa, né? É uma lei falsa porque ela não acontece, se realmente fosse cumprir o que tá na constituição, nosso país era muito melhor, só que as leis do Brasil são tendenciosas, né? (ENTREVISTA 10).

Percebe-se, de modo geral, que relações de violência, às vezes vivenciadas pelo MST, não aconteceram durante a ocupação do Pastorinhas. Para os assentados, essas situações existem, mas são pontuais e, quando acontecem, são alimentadas pela mídia. Ou seja, a violência no movimento dos sem terra passa a ser vista como algo comum, uma regra de conduta, códigos e normas sociais, organizando as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão.

E que pra acontecer aquilo é o extremo, é o extremo, é o extremo, ninguém sabe o que aquelas famílias passaram pra chegar até aquela decisão, nada é homogêneo, existe sim picaretagem, pilantragem, existe sim, todo mês, todo mês, desde o clero até a mais baixa classe existe, a briga de poder. Isso começou lá nos primórdios, desde o tempo da caverna começou, então existe gente má, assim, de conduta má, e eu acredito que isso é até genético, já tá nele ali, já nasceu com essa determinação, mas não é cem por cento, é minoria e a televisão levanta isso como se fosse todo mundo desse jeito (ENTREVISTA 10).

Sobre as relações familiares no assentamento, a mulher está num papel de agente respeitada. Muitas das decisões intrafamiliares são tomadas pelas mulheres ou a partir do seu consentimento. Para Sen (2000), quando a condição da mulher é respeitada, ela influencia as decisões familiares nessa direção. Ao perguntar aos entrevistados sobre quem comanda a família, apenas uma das entrevistadas

disse que era o marido, duas disseram que são elas mesmas e o restante dos entrevistados disseram que eram os dois. Segundo um assentado: “Eu e a Dona Maria comandamos a casa. O nome dela é R. Nós tem um acordo” (ENTREVISTA 4).

Em relação à vida no assentamento, todos os assentados entrevistados alegaram gostar muito do assentamento, não tendo perspectiva de se mudar. A relação com o território, mais que um espaço físico, se configura num espaço de relações sociais marcado pela vontade de permanecer pra sempre naquele local. Como afirma Carvalho (2002), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra revigorou o processo histórico de emancipação social, resultando na afirmação de identidade social dos trabalhadores, como na conquista cotidiana da dignidade das pessoas envolvidas na luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente. Todos esses fatores contribuem de forma significativa para o sentimento de vínculo e pertencimento à terra.

A sensação de pertencimento dos assentados ao local onde moram possibilita a conquista de melhorias individuais e coletivas de vida e de bem-estar, melhorando-o e tornando-se mais viável a constituição de capital social que permitirá níveis menores de exclusão social, de empobrecimento e, ainda, níveis mais baixos de danos variados.

Eu sou apaixonada com esse lugar aqui. O futuro é como eu falo com meu marido, é nós trabalhar no nosso pedacinho de terra. Acabar nossa casa. Ficar sossegado aqui. Cuidar do meio ambiente que a gente tem que cuidar. Vigiar ao redor para não mexerem na mata. Meu futuro é esse (ENTREVISTA 2).

A renda familiar dos assentados varia de R\$ 200,00 a R\$ 2000,00. Essa discrepância de valores é considerada para alguns dos entrevistados como competição. A presença de atravessadores no assentamento traz um incômodo velado aos assentados, baseado na incapacidade de a comunidade ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses.

Há de se destacar que a solidariedade entre os empreendimentos solidários deixa a desejar, pois apesar da EPS não ser recente, ainda não se desenvolveu uma rede estruturada de relações entre empresas de autogestão, cooperativas e associações sem fins lucrativos, buscando dinamizar a produção, por meio da união de interesses e das complementaridades de técnicas e conhecimentos de gestão, além das compras de matérias-primas e insumos, vendas de produtos, aproveitamento de resíduos e compartilhamento das redes de comercialização; tendência essa que, muitas vezes, se impõe no interior da economia de mercado, como as empresas capitalistas organizadas em forma de rede.

A vida dos assentados fora do Pastorinhas, principalmente das mulheres, se condiciona às reuniões com prefeituras, com o INCRA e demais entidades para se tratar de assuntos importantes ao assentamento. Este papel, na maioria das vezes, cabe às mulheres que, mesmo com todos os afazeres domésticos e da lavoura, representam o assentamento junto aos atores externos. A presença feminina

no assentamento é muito forte e é marcada, principalmente, pela própria história do assentamento. Para alguns entrevistados, no início da ocupação, os homens tinham que trabalhar fora para manter o sustento da família. Diante disso, as mulheres permaneciam no assentamento, tendo que resolver todas as questões que surgiam, sejam relacionadas às situações rotineiras e domésticas, sejam relacionadas à vida política.

A conquista da subjetividade das mulheres no assentamento as torna, segundo Touraine (2007), atrizes morais, livres, responsáveis, que não mais se consideram objetos encarregados de significações impostas de fora, mas atrizes cujo objetivo primordial é construir a si mesmas como atrizes, como seres livres. Percebe-se, no assentamento, que essa inversão de papéis entre homens e mulheres não é ilusória, nem é o efeito de uma manipulação ou falta de consciência, mas sim um fato de peso, que “ultrapassa as idades e níveis sociais e que certamente está associado a uma profunda transformação da nossa cultura” (TOURAINÉ, 2007, p.31). A inversão de papéis fica clara na fala dos assentados:

Agora a gente está fazendo assim, agora vai o representante de cada grupo são cinco grupos, decidimos por afinidade, tem minha mãe, minha irmã, tem eu, tem a outra vizinha R. e tem a outra em um grupo. Aí quando a gente tem que ir para alguma reunião, aí a gente define que um de cada grupo vai. A maioria é mulher, a maioria é mulher né, mãe? Às vezes vai uma Kombi cheia só de mulher. Quando vai um homem vai assim um piquitinho no colo (ENTREVISTA 9).

A produção no assentamento é realizada na perspectiva da Economia Solidária, produtos sem agrotóxicos, plantados com consciência ecológica, segundo os assentados. Mas o trabalho, que deveria ser coletivo, muitas vezes torna-se individualizado. Isso mostra a dificuldade de se trabalhar de forma solidária e coletiva em muitas comunidades e grupos de produção, como diz um assentado: “falta trabalhar o lado associativo das pessoas” (ENTREVISTA 11). Em contrapartida, a comunidade do assentamento é organizada, o que pode ser um facilitador do processo de conscientização da importância do trabalho solidário. Para alguns assentados, na época em que não havia posse da terra no Pastorinhas, as pessoas eram mais participativas, trabalhavam de forma mais solidária “as influências externa dificultam a cooperação entre as pessoas” (ENTREVISTA 11).

Em relação ao papel das mulheres no processo de organização do trabalho, estas continuam fazendo dupla jornada: ao mesmo tempo em que trabalham em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, estão na lavoura ajudando os maridos. No processo de divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe os serviços que requerem maior força física, já a mulher executa tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve.

Mesmo com a divisão sexual do trabalho, muitas mulheres no Pastorinhas estão à frente de grupos produtivos, assim como os homens, sendo esta uma forma de valorizar o trabalho feminino fora do espaço doméstico, representando um passo à frente na emancipação feminina, ou seja, é a possibilidade da representação política desses grupos ser feita por mulheres, trazendo uma transformação social marcada pela ruptura com a ordem existente. Além disso, este tipo de experiência possibilita reconhecimento e visibilidade às mulheres, desconstruindo a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda.

Desde o início da pesquisa, havia uma grande preocupação em escutar e entender “do interior” a vida no assentamento. Os relatos dos assentados foram bastante esclarecedores e, mesmo diante de todos os problemas e limitações, a escuta desses sujeitos foi fundamental.

Diante do quadro desenhado a partir da análise dos dados, é possível pensar quais estratégias devem fazer parte de um projeto que proponha (re) pensar a EPS como uma das alternativas de emancipação da mulher. É preciso refletir sobre as práticas adotadas, sem perder de vista que os problemas referentes ao gênero se inscrevem numa realidade sócio-histórica de um longo tempo e que não pode ser desvinculada de problemas estruturais que estão presentes em todo o mundo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma análise mais ampla do processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas. Após várias entrevistas realizadas no assentamento, percebeu-se que, apesar de ser uma comunidade organizada, ainda existem lacunas a serem preenchidas no processo de emancipação dos assentados. Uma saída seria, segundo Gustin (2000), uma atuação coletiva, isto é, uma priorização das ações, discussões e decisões da comunidade, formando um círculo virtuoso de revisão de práticas sociais, de mobilização e de organização popular, favorecendo a cidadania comunitária. A autora vê na observação, escuta, compreensão e na intervenção participativa procedimentos primordiais que beneficiam a proposta de emancipação social. Há que se instaurar um processo no qual as pessoas se tornem atores conscientes de sua exclusão e de seus riscos e danos e das suas possibilidades de solução. Só assim é que a adversidade poderia ser superada ou minimizada e poderia haver, ainda, a possibilidade de se governarem, de administrarem seus próprios interesses.

A apatia de alguns moradores do Assentamento quanto à presença de atravessadores na comunidade pode ser explicada por um pensamento elitista, que não se manifesta explicitamente, mas que paira sob os assentados. É um pensamento baseado na incapacidade do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses, reafirmando que a riqueza e o poder acabam concentrados nas mãos dos mais capazes. Esta situação torna-se clara ao se comparar os

rendimentos mensais das famílias do assentamento que variam de R\$ 200,00 a R\$ 2000,00. Ou seja, a tão criticada forma contemporânea de controle social que naturaliza a dominação por meio das relações capitalistas também se faz presente na comunidade Pastorinhas.

Entende-se que esta “outra economia” poderá, por meio de iniciativas econômicas solidárias e de um trabalho de educação associativista, atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, permitindo a (re) significação do trabalho e do lugar ocupado por essas pessoas na sociedade, além de abrir espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias e menos individualizadas. Porém, cabe ressaltar que, apesar de os empreendimentos proporcionarem uma melhora na qualidade de vida das comunidades envolvidas, sabe-se que os negócios gerados nessa economia alternativa esbarram em dificuldades, além de haver, muitas vezes, “pouca solidariedade” entre eles.

Ao trazer a proposta de emancipação para o Assentamento Pastorinhas, percebe-se que ela acontece parcialmente nas esferas social, política, cultural e econômica da comunidade do assentamento, pois, apesar de este ser um assentamento organizado, as mulheres ainda continuam tendo jornada dupla de trabalho, os homens continuam não tendo vinculação ao serviço doméstico e os assentados, sejam eles homens ou mulheres, ainda têm dificuldades em lidar com a presença dos atravessadores dentro da própria comunidade. Assim, mesmo que a comunidade produza e se sustente a partir do trabalho, seja ele coletivo ou não, que a opção por uma não vinculação ao MST seja sinônimo de autonomia para a comunidade e que o acesso à vida pública seja uma conquista das mulheres do assentamento, ainda assim, o processo de emancipação entendido como a capacidade de constante reavaliação das estruturas, precisa ser repensado.

Trabalhar de forma coletiva ainda é um desafio para muitas comunidades e grupos de produção. No Assentamento Pastorinhas não é diferente, o trabalho ainda é individualizado para alguns assentados. Em contrapartida, a comunidade do assentamento é organizada, o que pode ser um facilitador do processo de conscientização da importância do trabalho solidário. No entanto, apesar dessa organização, ainda existem lacunas a serem preenchidas no processo de emancipação dos assentados, assim como das mulheres. Priorizar ações coletivas, discussões e decisões poderia contribuir de forma significativa para melhorar as relações entre os assentados, favorecendo a cidadania comunitária, beneficiando a proposta de emancipação social.

Espera-se que, a partir do presente estudo de caso, possam ser realizadas novas investigações, tanto no assentamento pesquisado, quanto em outras realidades semelhantes, rurais e urbanas, nas quais se constrói a intrincada trama de mulheres e homens que buscam formas renovadas de construção do econômico, do social e do político no mundo contemporâneo. É a partir desses estudos que podem avançar não só os debates, que parecem ainda tímidos e relativamente escassos sobre a

emancipação feminina nos processos de Economia Solidária, bem como podem ser reposicionadas as propostas e ações de atores não governamentais e do Estado que buscam transformar essa realidade. Entende-se que a emancipação da mulher por meio da EPS não é algo que pode ser resolvido de forma pontual ou imediata, mas demanda uma ação complexa e em longo prazo que possibilite a construção de novas formas de vida.

A presente pesquisa apresentou limitações, principalmente por ser um estudo de caso e, por isso, não permitir generalizações. Por esta razão, são sugeridas pela pesquisadora novas abordagens que articulem a condição feminina a outras dimensões de análise ou que se aprofundem algumas delas em outras realidades da Economia Popular Solidária e até mesmo no próprio assentamento, analisado no futuro. São sugeridos estudos longitudinais no tempo ou entre diferentes realidades socioculturais (na América Latina, por exemplo) e estudos que se dediquem mais à cultura política brasileira e suas implicações para a realidade da mulher, bem como pesquisas voltadas mais detidamente à questão da sexualidade e do corpo feminino na vida privada e seus rebatimentos na vida pública.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o Diabo**: mercados e interação humana nas ciências sociais. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf>. Acesso em 23 maio de 2009.
- BERNADI, C; ANGELIN, R. Mulheres na Economia Popular Solidária: desafios para a emancipação feminina e igualdade de gênero. 2007. **Revista Espaço Acadêmico**, Santa Rosa, nº 70, março, 2007.
- BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n. 8, pp. 20-38, out. 1988.
- CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In.: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 233-258.
- CULTI, M. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. In: CONGRESSO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 4, Bratislava - República Eslovaca, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.
- GAIGER, L. Racionalidade nos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, mai/ago, pp. 513-545, 2006.
- GARCIA, M; JÚNIOR, A. Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona. v. 6, n. 119, 15 p., 1 de agosto de 2002.

GUSTIN, M. **Das necessidades humanas aos direitos: ensaio sobre sociologia e filosofia do direito.** 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 243 p.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>>. Acesso em 15 de março de 2009.

KUTKOWSKI, J; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?** Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. pp. 167- 186.

LAVILLE, J. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 20-42, jan./jun. 2008.

LEITÃO, S.; SPINELLI, R. Economia de comunhão no Brasil: a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(3):451-69, maio/jun. 2008.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SEGNINI, L. R. P. Nota Técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo. In: CALDAS, M. P.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. pp. 330-333.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 410 p.

TOURAINÉ, A. O mundo das mulheres. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007. 207 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa Pólos De Cidadania/ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Projeto Incubação de cooperativa e associações para o fortalecimento de grupos de mulheres e jovens na geração de trabalho e renda. **Relatório 2007-2008**. Belo Horizonte, 2008. 20 p.

WELLEN, H. Contribuição à crítica da economia solidária. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 11 n. 1, pp. 105-115, jan./jun. 2008.